



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE: EDUCAÇÃO, ENSINO E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Kleber Firpo Prado Valença<sup>1</sup>  
Tamires Aparecida Batista de Oliveira<sup>2</sup>  
Willian Lima Santos<sup>3</sup>

### GT 1 – Educação de Crianças, Jovens e Adultos

#### RESUMO

Um profissional da área educacional deve ser flexível, receptivo e crítico. Devendo inovar sempre na sua formação e prática pedagógica, indo sempre em busca de novos conhecimentos e novos caminhos que venham subsidiar na sua aprendizagem pessoal e conseqüentemente do seu aluno, estabelecendo com clareza os objetivos a serem atingidos, trabalhando sempre em equipe junto com a comunidade de forma educativa e na formação dos alunos. Logo, o presente artigo tem como objetivo, elucidar ideias e princípios baseados em uma educação voltada para o exercício da cidadania, como forma de vivenciar um ensino pautado em uma forma consciente e crítica, buscando esclarecer como esse ensino pode ser trabalhado, ressaltando que o professor consciente de uma visão contemporânea da educação, não pauta o seu dia a dia em sala de aula no ensino pronto e acabado. Por isso, o docente que investiga, pesquisa e inquieta-se com as situações conflitantes, ganha espaço no sentido de operar seu trabalho de forma estruturada para não se esmorecer diante das dificuldades diárias encontradas no desenvolvimento de suas atividades em sala de aula, uma vez que ser professor não se configura apenas como um transmissor ou um mediador de conhecimentos, sendo em um primeiro instante um educador, tendo como foco o intermédio da capacidade do conhecimento com o aluno, fazendo com que haja uma construção de conhecimentos, atitudes, comportamentos, competências e habilidades. Ser professor, é ser um referencial de comportamento ético e cívico, zelando pelo cumprimento de seu trabalho, visando à qualidade de suas ações e dimensões. Contudo, o professor em sua profissionalização docente, deve buscar educar para as mudanças, para autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

**Palavras-chave:** Docente. Educação. Ensino. Formação de professores. Práticas educativas.

<sup>1</sup>Mestre em Ciências da Informação (PPGECI/UFS). Licenciado em Geografia (UFS). Graduado em Tecnologia em Gestão de Turismo (IFS). Especialista em Tecnologias Digitais para Sala de Aula (UNIFOZ). Integrante do NUCA/UFS. E-mail: kleberfirpo.ufs@gmail.com.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS). Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFS). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Faculdade Amadeus. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa certificado pelo CNPQ: Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero (UFS/CNPQ). E-mail: tamires\_ufs@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutorando e Mestre em Educação (PPGED/UFS). Licenciado em Pedagogia (FANEB). Especialista em Tecnologias e Educação Aberta e Digital (UFRB). Pesquisador vinculado ao NUCA/UFS/CNPQ. E-mail: willianjere@hotmail.com.



## ABSTRACT

An educational professional must be flexible, receptive and critical. You must always innovate in your training and pedagogical practice, always looking for new knowledge and new paths that will support your personal learning and consequently that of your student, clearly establishing the objectives to be achieved, always working as a team together with the community educationally and in the training of students. Therefore, this article aims to elucidate ideas and principles based on an education focused on the exercise of citizenship, as a way of experiencing teaching based on a conscious and critical way, seeking to clarify how this teaching can be worked on, highlighting that the A teacher who is aware of a contemporary vision of education, does not base his day-to-day life in the classroom on ready-made teaching. Therefore, the teacher who investigates, researches and worries about conflicting situations, gains space in order to operate his work in a structured way so as not to weaken in the face of the daily difficulties encountered in the development of his activities in the classroom, since that being a teacher is not only configured as a transmitter or mediator of knowledge, being initially an educator, focusing on the intermediary of the knowledge capacity with the student, causing there to be a construction of knowledge, attitudes, behaviors, skills and abilities. Being a teacher means being a reference for ethical and civic behavior, ensuring the fulfillment of your work, aiming for the quality of your actions and dimensions. However, the teacher, in his teaching professionalism, must seek to educate for changes, for autonomy, for possible freedom in a global approach, working on the positive side of students and for the formation of a citizen aware of his duties and social responsibilities.

**Keywords:** Teacher. Education. Teaching. Teacher training. Educational practices.



## INTRODUÇÃO

As escolas nacionais, em sua grande maioria, ainda constroem o saber por saber. O professor diz e o aluno copia. É o aprendizado da cópia. Nas instituições de ensino, tenta-se mascarar o modo de ensinar, juntando, ideias construtivistas com o tradicionalismo. O professor ainda é visto como uma figura superior que transmite conhecimento a alunos considerados ignorantes. Isso cria uma mentalidade de depósito bancário, onde o estudante recebe passivamente as informações, tornando-se um mero receptáculo do que o educador transmite. A educação, assim, se limita a armazenar o que é depositado (Freire, 1979).

Essa é uma forma de dizer que o aluno está aprendendo. No entanto, ele só faz o que seu mestre manda, mas, não incorpora o seu trabalho intelectual, não desenvolve o pensar. Diante da proposta pedagógica da escola, o professor é estimulado a fazer o que a mesma impõe. Para Luckesi (1982) esse tipo de professor não desempenha o seu papel, na sua autenticidade, diríamos que o educador é um ser humano envolvido na prática histórica transformadora. A partir disso podemos dizer que o professor pode ser um formador de opiniões e não somente um transmissor de ideias ou conteúdos.

O professor que tem realmente seu objetivo de fazer um trabalho com louvor precisa entender um importante papel o qual ele tem: inovar suas aulas, experimentar o novo, errar e reconstruir através do(s) erro(s). Pois, quando se fala em inovar as aulas, não é só utilizar jogos, cantar, etc. e passar o conteúdo. É fazer tudo isso repensando os conteúdos, descobrindo onde pode avançar e onde é necessário retomar.

Corroborando com o pensamento acima, Freire (1997), lucida que os professores quando estão no processo de formação nas universidades necessitam de uma reflexão sobre a prática docente, isso não é algo resumido apenas a transmissão dos conteúdos, e sim a mediação de construção do conhecimento a partir das trocas de aluno-aluno e aluno-professor.

Competência em educação é a faculdade de mobilizar saberes, atividades e informações, para então podermos solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações que ocorrem na prática docente. Segundo Paulo Freire (1997) é preciso aprender a ser coerente. De nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável à mudança. De acordo com Freire, é necessária a coerência entre o saber fazer e o saber pedagógico.

A teoria e a prática favorecem a construção do saber docente, cujo objetivo último



é interagir para modificar a preparação dos alunos, considerando este processo como fundamental para o desempenho profissional. Também foi possível observar que a formação do professor é uma alternativa às dificuldades decorrentes de sua formação inicial e continuada para auxiliar em sua vida profissional na qual o docente precisará estar inserido num processo em que ocorra a reflexão na ação, a reflexão sobre a ação e principalmente, a reflexão sobre a reflexão na ação.

É muito mais pertinente o professor incorporar nos seus planos de aula e de ensino, assuntos do cotidiano. E, procurar uma metodologia para que essas questões despertam uma curiosidade, estimulando o pensar e refletir do aluno.

Esses pontos estão muito presentes nas aulas de Prática de Ensino e Didática, mas quando o educador chega à sala de aula, é desmotivado por uma representação equivocada de educação. Nesse ínterim é por onde perpassa a falsa ideia de que só existe o professor para mandar e o aluno para obedecer.

## **A ESCOLA É UM APARELHO DA POPULAÇÃO**

É bem verdade que a escola deve ser o espaço de discussões educacionais e resoluções no que diz respeito à aprendizagem. O local para se fortalecer os laços de cumplicidade com o único objetivo de formar cidadãos críticos, conscientes e democráticos capazes de entender o seu papel na sociedade. Mas, na maioria das vezes, o que encontramos é um ambiente de intolerância e jogos de empurrar para se resolver conflitos.

Funcionários impacientes e insatisfeitos com seu trabalho refletem o descaso e a falta de respeito para com eles. Quando encontramos algum tipo de atitude agressiva, é o reflexo dos que sofrem por não serem reconhecidos, ou seja, por não participarem da forma devida do ambiente escolar.

Um olhar equivocado para esses funcionários desestrutura ainda mais a sua capacidade de fazer um bom trabalho. Pois, formos maltratados, mal remunerados, não participamos de projetos para melhorar os nossos desempenhos, não seremos atuantes em nossos deveres. Transmitiremos para o público toda nossa insatisfação com o sistema. O qual, não melhora as condições de trabalho e não repensa a estrutura política dos serviços públicos.



Já que o Estado é a maioria, é hora de transformar o espírito individualista para o coletivismo e, fazer dessa maioria, uma união de forças tratadas em um viés ideológico de democracia no sentido de ouvir as diferentes áreas e suas insatisfações.

Na educação, por ser a base do desenvolvimento humano, buscar subsídios solucionadores para problemas de caráter metódico (desmembrar, através de metodologias inovadoras, a educação isolada e estimular os conflitos de opiniões para, a partir deles, descobrir o qual está mais frequente e poder saná-los coletivamente).

A máxima: “A união faz a força”, é de vital importância nos conflitos encontrados no trabalho. Através das opiniões divergentes, podemos encontrar respostas cabíveis ao que está sendo discutido. Saber ouvir o diferente, respeitar o outro, são comportamentos que levam a sabedoria de descobrir o que está tão crucial e medir as respostas encontradas fazendo uso da mais pertinente como solucionadora do conflito.

Segundo a Constituição Federal no seu art. 205:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal de 1988/Art. 205).

Assim, no ambiente escolar, quanto maior a participação de toda a comunidade envolvida nos conflitos da escola, harmonizando opiniões e respeitando o diferente, mesmo sem concordar, maiores são as chances de descobrirmos o que realmente está preocupando e, através das palavras ouvidas de todos os envolvidos pelo seu (a) líder, ele (a) saberá tomar a decisão.

A importância dada aqui é fazer-se entender que o espaço escolar é de todos e, por isso, têm-se direitos e deveres a serem cumpridos. A escola não é do diretor, do prefeito, do governador ou do presidente da República, sendo ela um local de educação e deve ser um espaço democrático e crítico, onde todos têm direito a voz. Basta que estejam inseridos no objetivo de melhorar os problemas enfrentados. Isso se chama gestão democrática no exercício da cidadania.

## **PARA O ENSINO CIDADÃO, UM ESPAÇO ESCOLAR DEMOCRÁTICO**



Dentre os caminhos para uma educação cidadã, voltada para o ensino crítico e reflexivo, está a democracia e os direitos humanos. Pois, não existe democracia sem direitos humanos, assim como não existem direitos humanos sem a prática da democracia (Benevides, 2000).

No quadro educacional brasileiro, vimos muito a educação como principal foco de descaso. Assim:

A educação, no entanto, não constitui a cidadania. Ela dissemina os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. Para que o cidadão possa atuar no sindicato, no partido político etc., é necessário que ele tenha acesso à formação educacional, ao mundo das letras e domínio do saber sistematizado. Em consequência disso a formação do cidadão passa necessariamente pela educação escolar (Santos, 2001, p. 65).

Na verdade, este paradigma deveria ser desassombrado e validar sua verdadeira essência a qual tem a ideia de valores que formam cidadãos conscientes e críticos. Esta é a educação que queremos e só precisamos nos conscientizar de que somos peça fundamental na mudança a qual tanto almejamos.

Atualmente, há em nosso país, alguns colegiados já consolidados pela legislação na maioria dos Estados e Municípios: Colegiados Escolares, Grêmios Estudantis, Conselhos de Classe, Conselhos de Série/Ciclo. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – No 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece como princípio a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e das legislações dos sistemas de ensino (Inciso VIII, Art. 3º). E no artigo 15 define os princípios da gestão democrática:

Os sistemas de ensino, definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos de Escola ou equivalentes (Brasil, 1996).

Em sua maioria, temos escolas que passam longe de cumprir o que determina a LDB. Mas, como dizia Paulo Freire (1997) é necessário que nossas falas sejam corporificadas pelo exemplo, ou seja, que nossas práticas não sejam negadoras daquilo que defendemos.

Sabemos que os problemas são inúmeros, como também, não temos a assistência devida no tocante aos subsídios para uma educação de qualidade, mas, não devemos estacionar



nesses problemas e nos acomodarmos. Uma vez que o alunado está cansado de um ambiente somente de quadro e giz. Ressaltando que nesse tocante, podemos adaptar com as nossas criações, um espaço mais agradável. Já que neste processo de democratização, os professores tornam-se ainda responsáveis pelas formas de organização e gestão. Seu trabalho em sala de aula é o motivo de ser da organização e gestão escolar (Libâneo, 2005).

Agostinho (2003, p. 14) confirma em sua tese que:

[...] um espaço torna-se lugar socialmente construído; ainda que repetindo a lógica da mesmice, imposta por um projeto padrão, mesma configuração, mesmos materiais, mesma cor, teima em ser diferente a forma de apropriação desse espaço pelas pessoas que o habitam, adultos e crianças, colocando nele marcas de seus jeitos de ver, olhar, pensar, sentir, cheirar, tocar, perceber o mundo. Assim confirmamos que o espaço se projeta ou se imagina e o lugar se constrói. Constrói-se a partir do fluir da vida, tendo o espaço como suporte.

Tudo isso faz parte de uma escola cidadã e democrática. Diante dos problemas enfrentados, podemos com eles aprender a renovar em uma perspectiva para um trabalho feito com dedicação e amor. Que não queiramos mais a ideia de educação utópica. Utopia é dizer que não podemos fazer nada. Se fizermos um pouquinho para mudar democraticamente, já será de grande valia. Desta forma:

A educação democrática assume assim uma enorme dimensão, que não se restringe a programas educacionais fragmentados, mas alcança a formação de um homem capaz de pensar e transformar o próprio mundo em que vive. Requer uma sociedade democratizada, requer políticas públicas de valorização do processo educacional, do profissional da educação, da permanência do aluno na escola e da qualidade do ensino ministrado (Rutkoski, 2006, p. 365).

Toda a comunidade escolar sendo participativa é um eixo para alargar a comunicação com os alunos, pais e mestres. Se pensarmos que estamos fazendo pouco, pode-se perceber, no decorrer do período, as mutações relevantes na escola. Aos poucos, vamos estimulando no corpo docente a satisfação de estar e ir para a escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) traz, em seu art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e



pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A família, quando engajada na proposta curricular da escola, torna-se um elo poderoso pelo fato de que, acompanha os problemas, dão suas opiniões e ajudam a melhorar o retrato da aprendizagem. Mas, infelizmente, ainda temos uma participação tímida dos pais na interação escola x família, pois muitas escolas não fazem uma abertura mais extensa, colocando a participação dos pais somente nos plantões pedagógicos.

A união dos pais com a comunidade escolar, não deveria ficar somente nesses plantões. É certo que temos algumas escolas de portas bem abertas aos genitores ou responsáveis pelo aluno. As instituições ouvem críticas e constroem, através das mesmas, melhorias: sejam elas do contexto ambiental (como a escola está), seja para darem ideias de avaliações menos punidoras, as quais trazem a carga de notas e reprovações. Dessa forma:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (Santos, 2001, p. 151).

No entanto, como dito anteriormente, a inclusão em potencial dos pais nas escolas seja ela pública ou particular é um tanto latente. Parece-nos que a comunidade escolar tem certo medo das críticas e reivindicações. Uma escola é o que são os seus gestores, os seus educadores, os pais dos estudantes, os estudantes e a comunidade. A 'cara da escola' decorre da ação conjunta de todos esses elementos (Luckesi, 2007, p. 15)

É preciso pensar de forma mais coletiva e não ter receio dos conflitos. É necessário o todo participativo e, também, o respeito às diferentes ideias e equidade na vontade de vencer os obstáculos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na educação brasileira, os costumes arraigados de um ensino marcado pela descontextualização da realidade dos alunos, não vai se desprender das nossas escolas se ficarmos resistentes às mudanças que precisam ser feitas. Essas mudanças estão relacionadas





com um princípio democrático, conjugado com um olhar educacional promissor, no tocante ao desenvolvimento intelectual dos estudantes. Isso porque, é preciso educar para a cidadania.

A criticidade tem um valor memorável na aprendizagem, pois, é com ela que vem a interpretação do mundo derredor dos alunos. Percebendo as coisas à sua volta, o estudante reúne conceitos significativos e se percebe, através dos mesmos, como um sujeito pensante, munido de ferramentas valorativas capazes de formar suas próprias ideias porque buscam o autoconhecimento.

Para zelar pela aprendizagem dos alunos é necessário fazer, ou seja, intervir a tempo em situações típicas de sala de aula. No conhecer é preciso estar a par das teorias e princípios sociais, psicológicos e pedagógicos. O papel do docente é levar o aluno ao desenvolvimento das habilidades e competências requeridas pelo projeto pedagógico ou plano de desenvolvimento da escola. Entretanto se os alunos deixam de aprender, nas condições de oferta de ensino, caberá ao docente assegurar as estratégias de recuperação para que os alunos com dificuldades de aprendizagem superem seu menor rendimento, isto é, alteram as baixas notas que os reprovam ou que os levam ao fracasso escolar, convertendo-as em notas boas, dentro da média, que os aprovam e os promovem ao ano seguinte, segundo as regras estabelecidas pelo processo de avaliação.

Sem esquecer-se de conviver a trabalhar em grupo, promovendo uma convivência acolhedora, prazerosa, divertida e solidária. Ministrando os dias letivos e horas-aulas estabelecidas é providencial conhecer os conteúdos e as teorias. No conviver estão inseridas questões de sentido aos valores e normas legais. E não ser, é ter a capacidade de avaliar, planejar e aprimorar seu desenvolvimento profissional. Por fim, conviver aprendendo a avaliar e a assumir responsabilidades, a prestar contas às famílias e à sociedade.

É bem verdade, que o aluno só desenvolve preceitos de pensamento crítico se tiverem um bom mediador por trás de saberes que eles já carregam em suas mentes. Através da mediação do seu mestre, o qual respeita o pensamento do aluno e aproveita as habilidades que o discente deixa guardadas para usá-las quando o seu professor abre as portas para as competências fluírem.

Se o aprendiz tiver um espaço educacional onde pairam os fluídos de liberdade, respeito e tolerância, a tendência é a aprendizagem encontrar as “caixinhas” corretas dentro do



cérebro para se armazenarem. Isso funciona a partir da troca de experiência, quando o professor desperta a segurança no aluno.

Dessa forma, com a vontade de termos uma educação voltada para a igualdade, conclui-se que às teorias das quais nos armamos, são de suma importância para as nossas práticas. A aprendizagem é significativa porque podemos ter em mãos ferramentas contundentes relacionadas ao saber e, que serão essas práticas que tornarão os professores sujeitos no exercício do ensino crítico, democrático e consciente.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ângela. **Aceita um conselho: como organizar os colegiados escolares**. São Paulo: Editora Cortez/IPF, 2002.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação em Direitos Humanos: De que se trata?**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/boletins/edh/br/boletim1.html#Dequesetrata>. Acesso em: 09/07/2015.

Brasil. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

LUCKESI, Carlos Cipriano. **O educador: quem é ele**. ABC Educatio. Outubro, 2005.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente** / textos de Edson Nascimento Campos... [et.al]; Selma Garrido Pimenta (organização) – 5. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – Saberes da docência.



RIBEIRO, Agostinho (2003). **A escola pode esperar**. Porto: Asa.

RUTKOSKI, Joslai Silva. A pedagogia de Paulo Freire: Uma proposta da educação para os Direitos Humanos. In: PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2006. v.1.

SANTOS, Gislene A. **Universidade formação cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, Dermeval, 1944 – **Educação: do senso comum à compreensão filosófica** / Dermeval Saviani. – 17. ed. Revista – Campinas, SP: Autores Associados. 2007. – (Coleção educação contemporânea).